

NOSTRA AETATE E O DIÁLOGO CRISTÃO-JUDAICO NO BRASIL**Nayon Nigel da Silva Melo Cezar**

Graduado em Filosofia, Especialista em Cultura Judaica pelo Centro Universitário Assunção e graduando em Teologia na Salesian Pontifical University em Jerusalem.

RESUMO: Uma das grandes mudanças ocorridas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) refere-se à abertura ao diálogo entre as tradições cristã e judaica; a Igreja recorda-se que tem um passado, e esse passado não pode excluir o povo de Israel, com o qual Deus fez a primeira Aliança. Duas tradições tão próximas não poderiam ficar separadas eternamente. Assim, o Concílio Vaticano II foi o expoente do início da convergência dessas tradições e tornou-se essencial. Esse artigo reflete sobre o impacto da Declaração *Nostra Aetate* no Brasil, um dos primeiros lugares que foi destino dos judeus fugitivos das perseguições da Europa, provocadas por histórias fantasiosas, brigas políticas e religiosas. Tornar conhecido esses ultrajes passados, tornar-se possível construir um futuro mais harmônico, compreendendo e vivendo os laços que unem a Igreja de Cristo e o povo de Israel. A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica quantitativa, que se deu por fichamentos e resumos de livros, que discutiram e aprofundaram-se a *Nostra Aetate* e a tradição judaico-cristã, entre eles Humberto Porto, José Bizon, Maria Luiza Tucci Carneiro e Keila Grinberg. O artigo apresenta como se deu o caminho de divergência entre as duas tradições no período da Igreja nascente, apresentando o Concílio Vaticano II, séculos depois da ruptura, como o grande baluarte de abertura ao diálogo e à unidade. Explicita os difíceis caminhos trilhados pelo cardeal Béa na produção de um texto que fosse a voz da Igreja em um período em que o mundo, perplexo pelos horrores nazistas, urgia por uma palavra aos judeus. Após a apresentação histórica, analisamos o impacto da *Nostra Aetate* na relação cristã-judaica, no Brasil, abordando as mudanças ocorridas nessa relação.

Palavras-chave: *Nostra Aetate*; Judaísmo; Cristianismo; Antissemitismo; Diálogo.

ABSTRACT: One of the great changes of the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965) refers to the openness to dialogue between Christian and Jewish traditions; The Church remembers that it has a past, and that past cannot exclude the people of Israel, in which God made the first Covenant. Two traditions so close could not be separated forever, so the Second Vatican Council, was the exponent of the beginning of convergence of both and became an essential element of this article, which reflects the impact of the *Nostra Aetate* Declaration in Brazil, one of the first places that it was the fate of Jews fleeing the persecution of Europe brought on by fanciful stories, political and religious quarrels. To make past outrages known today, to make it possible to build a more harmonious future by understanding and living the bonds that unite the Church of Christ and the people of Israel, thus moving towards the realization of God's designs. The methodology used in this work is the quantitative bibliographic research that will take place through records and summaries of books by authors who also discussed and deepened the theme of *Nostra Aetate* and the Judeo-Christian tradition, among them Humberto Porto, José Bizon, Maria Luiza Tucci Carneiro and Keila

Grinberg. The article presents how the path of divergence between the two traditions took place in the period of the nascent Church, presenting the Second Vatican Council, centuries after the rupture, as the great bastion of openness to dialogue and unity. And explaining the difficult paths taken by Cardinal Béa in the conception of a text that was the voice of the Church in a period that everyone, perplexed by the Nazi horrors, urged the Jews for a word. After the historical presentation, we analysed the impact of *Nostra Aetate* on the Christian-Jewish relationship in Brazil, addressing the changes that occurred in that relationship.

Keywords: *Nostra Aetate*; Judaism; Christianity; Anti-Semitism; Dialogue.

Breve histórico da separação entre judeus e cristão

No início da era cristã, judeus e cristãos caminhavam juntos e a Igreja germinava no seio do judaísmo, que era fundamentalmente uma Igreja de judeus, “seus membros, embora, agrupados em comunidades separadas das judaicas, continuavam, extremamente, a pensar segundo as categorias da religião mosaica” (PORTO, 1971, p.10).

A Igreja primitiva, ou seja, a Igreja nascente em Jerusalém pode ser descrita como um grupo de judeus instruídos na fé que acreditavam que Jesus, o crucificado, era realmente o Messias enviado por Deus e que este Jesus ressuscitou dos mortos e não tardaria a vir estabelecer na terra o Reino de Deus. O que não quer dizer que era uma comunidade que se via externa ou alheia ao judaísmo, muito pelo contrário, permaneceu unida a tradição judaica, durante todo o primeiro século do cristianismo.

No entanto, essa relação ora harmoniosa tornou-se uma relação de inimizade que perdurou por séculos. Com o desenvolvimento e a difusão da fé cristã, surge uma preocupação com relação à tradição judaica.

[...] desde os inícios da evangelização grega, admitiam os judeus-cristãos (Sic) nas suas comunidades convertidos pagãos, sem os obrigarem ao rito da circuncisão. Estes fatos eram interpretados às tradições religiosas. Vemos inclusive tal protesto judeu encontrar eco em alguns cristãos vindos das seitas farisaicas que propugnavam intransigentemente a tese da circuncisão para os gentios. Ascendeu-se então o debate, a que o Concílio de Jerusalém, realizado por volta do ano 49, pôs um ponto final (PORTO, 1971, p. 20).

Foi com o Concílio de Jerusalém, aproximadamente no ano 50 d. C, conforme apresentado em At 15,1-40; que se pode dizer que ocorreu mais um passo rumo a separação das duas tradições; fruto da busca de identidade, sobretudo para o cristianismo incipiente. Pedro representando o Colégio Apostólico e Tiago o Conselho dos Anciãos, foram a favor da

não obrigatoriedade do rito da circuncisão para os gentios convertidos, como vemos nos livros dos At 15 e Gal 2, 10-14, no entanto, afim de criar uma relação harmoniosa com a comunidade de Jerusalém que respeitava essa obrigatoriedade mosaica, foram impostas as seguintes condições: “abstenção de carnes sufocadas, de carnes imoladas aos ídolos e de fornicação” At 15,19-20 (PORTO, 1971, p. 21). Essa foi uma forma encontrada para que os judeus não se sentissem impuros ao se relacionarem com os novos convertidos.

Pode-se dizer que o ápice dessa crise se deu por ocasião da guerra judaica de 66 a 70. Por não lutarem juntos, os judeu-cristãos foram o alvo da grande animosidade e crítica por parte dos judeus. Viram-se forçados desse modo, a deixar Jerusalém partindo para Jordânia. No ano 70 d. C. Tito invade Jerusalém, massacra toda a população e destrói o Templo. Com a destruição do Templo “[...] o judaísmo perde sua autonomia administrativa, o seu centro de culto, o Templo, coração da vida religiosa de Israel e símbolo da unidade de Deus” (PORTO, 1971, p. 22). Observa-se através do historiador Flavio Josefo o assombroso relato da destruição do Templo:

Quando o fogo devorava o Templo, os soldados furiosos saqueavam e matavam todos os que encontravam. Não perdoavam nem à idade, nem à condição. Os velhos e as crianças, os sacerdotes e os leigos, eram todos passados a fio de espada; todos eram envolvidos nessa matança geral e os que recorriam aos rogos não eram tratados com mais clemência do que os que tinham a coragem de se defender até o fim; o gemido dos moribundos misturava-se com o barulho do crepitar das chamas, que avançavam sempre e o incêndio de tão grande edifício, situado num lugar elevado, fazia aos que o contemplavam de longe, pensar que toda a cidade estava devorada pelas chamas (JOSEFO, 2004, p. 1367).

Com o fim da guerra a reorganização judaica fica a cargo dos fariseus, que prezam por tradição particular à ortodoxia judaica, guardando assim cuidadosamente o legado do passado. Já reorganizado o judaísmo adquire um caráter mais intolerante, pois se sentia ameaçado pelas correntes oriundas do próprio judaísmo, inclusive pelos judeu-cristãos. Culminando ao ponto de Rabi Gamaliel II, no ano 85 d. C., introduzir na oração da manhã (*Amidá*), uma bênção, ou como classificam alguns autores uma maldição, reservada aos cristãos e outros hereges.

Que não haja esperança para os convertidos a idolatria e que o reino do mal seja logo arrancado d'entre nós e que os *notzarim* e os heréticos (*minim*) pereçam que eles sejam apagados do livro da vida que eles não sejam inscritos entre os justos. Bendito seja aquele que submete os arrogantes (GUNDRY, 1998, p. 35).

Sobre a benção são divergentes as opiniões, segundo Miranda, em seu livro, “As relações judeus-cristãs do primeiro século”, “a palavra ‘minim’, no começo designava de modo geral, os apóstatas ou os dissidentes, que no início, eram todos aqueles que recusavam o judaísmo de Gamaliel II” (MIRANDA, 2015, p. 47). O que poderia ser uma luta interna dentro do judaísmo entre liberais e conservadores, todavia alguns textos tanaíticos¹ referem-se aos “*minim*” como os não judeus, ou seja, os cristãos, que nesse momento da história já não se sentiam judeus, portanto “a benção contra os “*minim*” seria também contra os cristãos” (MIRANDA, 2015, p. 47).

Não podemos afirmar que a oração contra os “*minim*” foi o ponto determinante para a separação entre judeus e cristão, mas a partir desse momento vê-se Igreja e Sinagoga trilhando caminhos divergentes, já que devido a essa oração os judeu-cristãos são compelidos a deixar a Sinagoga. Após esse breve histórico da separação de cristãos e judeus no primeiro século da era cristã, pode-se constatar que alternando durante a história caminhos mais conflituosos do que de reaproximação, judeus e cristãos viveram um grande embate, no fundo foram movidos pela paixão em defesa da própria ortodoxia religiosa, que levou ao rompimento do diálogo e ao afastamento das tradições.

Da Europa ao Brasil, um longo caminho.

O Brasil conta com uma considerável população de judeus, sendo a segunda maior comunidade judaica da América Latina e a décima primeira do mundo. No entanto os motivos que nortearam a vinda dos primeiros judeus no território nacional ainda são desconhecidos, para a maioria dos cristãos e também para os diversos judeus residentes. Desse modo é mister tornar conhecida a luta e as dificuldades de homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, em busca de um lugar de paz, onde pudessem viver sua vida e o culto a sua religião.

¹ São textos escritos pelos sábios que escreveram a *mishna* a partir de 50 a. C. até o ano 200 d. C.

Essa história se inicia do outro lado do oceano Atlântico, na península ibérica, na Espanha. *Sepharad* é uma palavra do hebraico que pode ser traduzida como “terra prometida”, foi assim de *Sepharad* que chamavam na Espanha os judeus, após a guerra judaico-cristã do século I e da segunda destruição do Templo, no ano 70 da era cristã e que foi o marco histórico da Diáspora.² A Espanha : “[...] tornou-se, pelo menos no nome, a *Sepharad dos hebreus que por sua vez acabariam sendo conhecidos como judeus sefarditas* [...]” (GRINBERG, 2005, p. 17).

Foi durante um vasto período que se deu entre os séculos I e o século XV d. C. que a comunidade mais numerosa e forte da Europa se concentrou na Espanha e foi marcada por um estreito e intenso contato com outras culturas e religiões.

A vida das comunidades sefarditas conheceu, de todo modo, situações variadas desde os primórdios da Diáspora até a célebre expulsão decretada pelos reis católicos, Fernando e Isabel, em 1492. Da integração à segregação, ou mesmo perseguição, as conjunturas foram múltiplas (GRINBERG, 2005, p. 18).

No entanto o antissemitismo cresceu em toda a Europa após o século XI com as cruzadas, “uma cruzada não era apenas a retomada dos Lugares Santos cristãos tomados pelos árabes; era também a vingança pelo suposto crime de “deicídio” cometidos pelos judeus” (FAINGOLD, 2016, p. 1). Com isso os judeus passaram a serem vistos como o mal absoluto e exigiu-se que até mesmo usassem roupas diferentes da dos cristãos para quem não fossem confundidos.

Essa perseguição fez com que muitos judeus se convertessem ao cristianismo, mas muitos continuavam com suas práticas religiosas em segredo e outros praticavam-nas abertamente. Os judeus que se convertiam eram chamados de “cristãos-novos.”³

Com o surgimento da inquisição espanhola, houve uma forte perseguição ao judaísmo praticado às claras por boa parcela dos conversos. Segundo Grinberg (2005, p. 26), entre os anos de 1483 e 1525 os tribunais da inquisição espanhola: “se preocuparam quase que

² A diáspora foi o processo de dispersão dos judeus pelo mundo e a conseqüente formação de comunidades judaicas fora de Israel.

³ Cristão-novo era o termo utilizado que categorizava os judeus recentemente convertidos ao cristianismo. Dependendo do lugar o termo possuía diversos significados. Na Espanha, por exemplo, os judeus convertidos eram chamados de *marrano*, que traduzido para o português, significa porco; o que denota um forte antissemitismo.

exclusivamente com os judaizantes” Com a inquisição muitos judeus fugiram para Portugal que até então estava à margem do problema que marcava a Espanha.

A entrada de milhares de judeus espanhóis no reino português mudaria completa e drasticamente a situação da comunidade sefaradita lusitana. A história dos judeus se repetiria, doravante, em solo português com uma importante diferença. Decretar-se-ia primeiro a conversão forçada, já no reinado de D. Manuel em 1496-1497, e somente no reinado de D. João III, cerca de 40 anos depois, é que seria estabelecida a inquisição portuguesa nos mesmos moldes da congênere de Espanha e com os mesmos propósitos e fins (GRINBERG, 2005, p. 28).

A imparcialidade durou pouco e foi em 24 de dezembro de 1496 que foi decretado em Portugal, pelo rei João III, a expulsão de Mouros e judeus, já que a princesa de Castela, filha dos reis católicos e prometida em casamento ao príncipe de Portugal, se recusava a pisar em solo onde houvesse hereges. Inicia assim a perseguição aos judeus e, é com o surgimento da inquisição portuguesa que muitos fogem para uma nova colônia, uma terra desconhecida e não muito povoada, a nova *Sepharad* dos judeus: o Brasil.

No Brasil a história judaica pode ser estudada, segundo o *historiador Roney Cytrynowicz (2002)* por meio de quatro marcos distintos: a presença de cristãos-novos e a ação da Inquisição durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal (1500-1822); a formação de uma comunidade judaica em Recife, cidade pernambucana no nordeste do Brasil, no século XVII durante o período de invasão e domínio holandês, que propiciou liberdade religiosa para os judeus; o período moderno (1822-1889), no qual houve uma abertura para a aceitação de outras religiões e começo de uma esparsa imigração em várias cidades; o período contemporâneo (em 1889, o Brasil adotou uma Constituição que garantia a liberdade de religião), quando se formaram comunidades em colônias agrícolas no Rio Grande do Sul (principalmente a partir da primeira década do século 20), e comunidades organizadas em algumas das principais cidades do Brasil (a partir da Primeira Guerra Mundial).

O Brasil foi o palco para a primeira comunidade judaica estabelecida nas Américas. Com a expulsão dos judeus de Portugal, logo após a sua descoberta, judeus convertidos ao catolicismo (cristãos-novos) já haviam se estabelecido na nova colônia. Ao menos dois pisaram na terra quando Pedro Álvares Cabral chegou em 1500, fazendo parte de sua

tripulação: Mestre João, médico particular da Coroa Portuguesa e astrônomo; e Gaspar da Gama, intérprete e comandante da nau que trazia mantimentos.

O Brasil foi o destino de milhares de judeus e cristãos novos, boa parte dos quais convertidos compulsoriamente, e que chegaram vindo dos quatro cantos do mundo. Desejavam encontrar um lugar seguro contra as discriminações que os levaram a deixar seu país de origem (GRINBERG, 2005, p. 9-10).

A primeira comunidade judaica foi formada na cidade de Recife, entre os anos de 1630 e 1654, durante o período de ocupação colonial holandesa. Os holandeses permitiram a liberdade de religião e defenderam legalmente judeus e cristãos-novos das restrições impostas por Portugal.

Segundo Witztzer (1966), o número de judeus teria chegado, em 1644, a 1.450. Em 1636, os judeus fundaram, também em Recife, a primeira sinagoga em solo brasileiro e também nas Américas, *Kahal Kadosh Zur Israel* (Santa Comunidade Rochedo de Israel).

A sinagoga de Recife ficava situada na Rua dos Judeus, num edifício de dois andares, construído de pedra e cal. Os holandeses denominavam essa rua de *Bockestraet*, mas depois da reconquista de Recife pelo exército luso-brasileiro de libertação, foi a rua rebatizada com o nome de Rua da Cruz, e os edifícios da antiga sinagoga e escola religiosa tomaram o número 26. Em 1879 o nome da rua mudou para o de Bom Jesus. O edifício da sinagoga foi posto abaixo no começo do século XX e substituído por um edifício agora ocupado por um banco. Hoje, o edifício traz o velho número 26, bem como o número atual, 155. (WIZNITZER, 1966, p. 119).

Poder-se-á constatar que a história do povo judeu não foi diferente no Brasil comparando com os outros países em que procuraram refúgio. No período colonial, por exemplo, muitos sofreram perseguições com a inquisição, foram proibidos de contrair matrimônio com “cristãos-velhos”⁴ e muitas vezes eram difamados com estórias fantasiosas.

Após a independência, a constituição de 1824 mantém o catolicismo como religião oficial do Estado: “[...] mas proclamou a tolerância com relação a outras religiões e cultos realizados em espaços privados [...]” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 1). Já com nova constituição de

⁴ Cristãos velhos eram aqueles que não tinham antepassados de origem judaica.

1891 é decretada a separação entre Estado e Igreja e proclamada a liberdade religiosa em todo o território brasileiro e também, introduz o casamento civil e os cemitérios laicos. Durante a Primeira Guerra Mundial muitos veem no país um local de refúgio, prova disso foram os 56 mil imigrantes judeus que chegaram ao país nos anos de 1930.

Durante os anos do Estado-Novo (1937) e da Segunda Guerra Mundial, um forte clima de xenofobia estava presente no governo e em setores das elites políticas e intelectuais. O ensino de línguas estrangeiras e a publicação de jornais em línguas estrangeiras foram banidos, restrições impostas a todos os grupos imigrantes e as organizações de imigrantes tiveram que “nacionalizar” seus nomes.

As organizações judaicas adequaram-se à legislação e souberam enfrentar as restrições sem deixar de funcionar. As escolas continuaram a ensinar hebraico e cultura judaica, as sinagogas mantiveram seus cultos, programas de rádio tocavam músicas judaicas e inúmeras organizações foram fundadas neste período.

Todavia apesar do Brasil também ter tido um período em que a inquisição foi atuante e perseguiu diversos judeus; teve entre os anos de 1933 a 1938 o fascismo⁵ e o integralismo⁶ que tinha uma plataforma abertamente antissemita, as ações foram muitas vezes de forma velada e em alguns casos em lugares pontuais

Da dor surge a esperança

Séculos de história de perseguição, lutas, mortes e um aflorado antissemitismo tomou conta de quase todo o mundo cristão. O tempo de uma reaproximação e respeito mútuo era esperado e desenhado por muitos pensadores de ambos os lados. Principiou a Igreja em 1928, antes dos horrores nazistas a manifestar a sua preocupação mostrando-se solidária com a sorte do povo de Israel: “[...] a Sé Apostólica condena soberanamente o ódio contra o povo outrora escolhido por Deus, ódio esse comumente designado com o nome de antissemitismo” (PORTO, 1971, p. 78).

Já em 1939, um ano antes da Segunda Guerra Mundial (1940-1945), o Papa Pio XII em discurso dirigido a visitantes belgas, defendeu a inadmissibilidade do movimento antissemita

⁵ O Fascismo é um regime político que surgiu na Europa entre 1919 e 1945. Tem como características o totalitarismo e o militarismo e o seu idealizador do fascismo foi Benito Mussolini, que o implantou na Itália.

⁶ Defendia uma política tradicionalista e baseia-se em uma sociedade estruturada a partir da religião e da família, acreditando preservar assim a cultural local e a tradição.

e afirmou: “o antissemitismo é inadmissível [...] porque espiritualmente somos semitas” (PORTO, 1971, p. 78).

Eclode a Segunda Guerra Mundial, “muitas pessoas não perceberam a ameaça que os nazistas representavam, e alguns líderes cristãos os apoiaram” (FONSECA, 2011, p. 37), mas o ódio e o antissemitismo se encarnam em Hitler que junto com seus aliados na Europa persegue e massacra os judeus. Obviamente se deve ressaltar que o antissemitismo adquire aqui não uma bandeira apenas religiosa, mas política e social; “*para o antissemitismo hitleriano, por exemplo, um judeu feito cristão continua sendo judeu, a única solução é o extermínio*” (PORTO, 1971, p. 77). Homens e mulheres foram mortos, exterminados, pelo simples fato de serem judeus. O mundo inteiro se mobiliza e denuncia os horrores do nazismo, chegam aos meios de comunicação os relatos do horror.

Cada noite trinta homens eram escolhidos ao azar e fuzilados; muitos se suicidavam cortando os pulsos com pedaços de vidro, pois não suportavam os sofrimentos, outros lançavam-se dos andaimes, outros ainda eram flagelados muitas vezes até a morte, enquanto todos eram obrigados a trabalhar no campo seminus, com uma temperatura de trinta graus abaixo de zero. (CARNEIRO, 2002, p. 66).

Durante os seis anos de guerra foram assassinados, pelos nazistas, aproximadamente seis milhões de judeus, incluindo um milhão e quinhentas mil crianças, representando um terço do povo judeu naquela época. Esta decisão de aniquilar os judeus, já era prevista desde 1924 no livro “*Mein Kampf*” (Minha luta), de Adolf Hitler. No livro Hitler diz que “[...] o judeu é identificado como o demônio, sendo responsabilizado pela ‘degradação da pureza da raça ariana’ o ‘fermento da corrupção física e moral’” (apud CARNEIRO, 2002, p. 26). Foi uma operação feita com fria eficiência, um genocídio cuidadosamente planejado e executado. Foi única na história em escala, gerenciamento e implementação, e por essa razão recebeu um nome próprio: *Shoah* (destruição).

Com o fim da Segunda Guerra mundial, sendo notórias todas as crueldades nazistas com o povo de Israel na *Shoah*, o mundo se cala. Todas as grandes instituições, assim como a Igreja mantiveram-se em silêncio, no entanto deve-se ressaltar a Encíclica do Papa Pio XI, “*Mit brennender Sorge*” (Com ardente preocupação), publicada em 1937, onde condena a ideologia nazista, o racismo e o antissemitismo. É considerada a primeira declaração de um chefe de Estado europeu a se opor frontalmente ao Terceiro Reich.

Alguns grupos também arriscam ações em prol dos judeus, mas de forma solitária. A grande calamidade desperta uma consciência quase que universal sobre o judeu e o judaísmo, surge então a questão: quem é o homem judeu? Qual é o seu verdadeiro rosto? Essas questões começam aparecer entre os teólogos, sobretudo entre os mais lúcidos e humildes. Tanto judeus como os cristãos começam então a se perguntar se os ensinamentos vigentes até então não poderiam ter “[...] alimentado e até mesmo ampliado o genocídio industrial [...]” (FONSECA, 2011, p. 38).

No entanto, é com a publicação do livro *Jésus et Israël*, (Jesus e Israel), livro escrito durante a Segunda Guerra mundial, publicado em 1948, de Jules Isaac (1877-1963), um judeu que perdeu toda a sua família na guerra e que dedicou grande parte de seus esforços de investigação sobre as causas do antissemitismo. Que as iniciativas de amizade entre judeus e cristãos começam a engatinhar.

Em seu livro ele aponta “a interação entre as atitudes antijudaicas da teologia cristã e o antissemitismo de cunho racial e biológico” (*apud* FONSECA, 2011, p. 38). E ainda, apresenta quatro teses. São elas: 1) Jesus é judeu em sentido pleno, 2) o ensinamento de Jesus se fez no quadro institucional do judaísmo, 3) Jesus não condenou o povo judeu, 4) o povo judeu não pode ser qualificado de deicida.

Em seu segundo estudo intitulado *L’Enseignement du mépris*⁷(1962) Jules vai além e indica o que deveria ser indicado e mudado há muitos séculos da teologia cristã: o ensino do desprezo judaico.

Outro grande documento, antes do Concílio Vaticano II, dessa vez aprovado pela Igreja foi intitulado *Os dez pontos de Seelisberg*, fruto de um encontro inter-religioso na cidade de *Seelisberg* na Suíça no ano de 1947, é o primeiro documento de boas condutas elaborado pelos cristãos em favor dos seus irmãos judeus. Jules Isaac, também é convidado para esse encontro e diversos outros teólogos de outros credos.

Na história do diálogo judeu-cristão, a conferência de *Seelisberg* é mencionada principalmente por seus *Dez pontos*, especificamente dirigidos às igrejas. Os quatro primeiros destacam as raízes profundas e fundamentais do Cristianismo no Judaísmo. Outros seis pontos deixavam claro que o judaísmo não mais devia ser apresentado de forma negativa no ensino cristão. Este desafio estabeleceu um dos

⁷ O ensino de desdém: publicado em 1962, um ano antes da morte do autor. No livro Jules Isaac lida com preconceito antijudaico, sentimentos de desconfiança, desprezo, hostilidade e ódio contra os judeus.

alicerces para a posterior pesquisa sobre as relações complexas entre as duas tradições religiosas (FONSECA, 2011, p. 39).

Os pontos do documento de *Seelisberg* são: lembramos que o nosso Deus é o mesmo Deus vivo que nos fala a todos no Antigo e no Novo Testamento; evocamos o fato de Jesus ter nascido de mãe judia, da raça de Davi, do povo de Israel, de que seu amor eterno e seu perdão abraçam o seu próprio povo e o mundo inteiro; advertimos que os primeiros discípulos foram todos judeus; não nos deslembraremos jamais de que o preceito fundamental do cristianismo, de amor a Deus e ao próximo, promulgado já no Antigo Testamento e confirmado por Jesus, onera cristãos e judeus, sem exceção, nos seus relacionamentos; evitaremos rebaixar o judaísmo bíblico ou pós bíblicos com o fito de exaltar o cristianismo; precavemo-nos de usar a palavra “judeus” no sentido específico de “inimigos de Jesus”, como também a locução “inimigos de Jesus” para designar a totalidade do povo hebreu; evitemos apresentar a Paixão de tal sorte que sobre todos os judeus ou exclusivamente sobre eles o lado odioso da condenação à morte recaia. Deveras, não foram eles que exigiram a morte de Jesus; nem se pode dizer tenham sido os únicos responsáveis, visto, salvando-os a todos, mostrar a Cruz que foi por causa dos nossos pecados que Cristo morreu; não deixemos de, ao falar das maldições escriturísticas e do grito da multidão excitada: “que o seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos!” – sublinhar que sobre a prece infinitamente mais poderosa de Jesus: “Pai, perdoa-lhes, por que não sabem o que fazem!” – nada alcançou prevalecer; descreiamos da opinião ímpia segundo a qual é o povo judeu reprovado, maldito, destinado a um fim de padecimentos; nunca haveremos de nos referir aos judeus de modo a que deixemos dúvidas quanto ao fato de terem sido eles os primeiros a pertencer a Igreja.

Outro fato importante que contribuiu para a abertura do diálogo entre cristãos e judeus foi a criação do Estado de Israel no ano de 1948 no Oriente Médio. A criação do Estado deu visibilidade ao povo que outrora era vilipendiado e esquecido. Os judeus antes espalhados, pela diáspora agora migravam à Israel, o que: “[...] criou condições concretas favoráveis à dinamização de centros de estudos conjuntos das várias religiões” (PORTO, 1971, p. 91). De modo particular, criou-se um amplo caminho de pesquisa comum, entre cristãos e judeus, em torno do Antigo Testamento. Mais um passo dado, rumo à reaproximação das duas tradições.

Vemos assim o quanto ajudou o novo Estado de Israel a formar a consciência de laços mais estreitos e vigorosos entre todos os crentes. Situa-se o grande evento histórico na categoria dos elementos propiciadores do encontro fraternal em profundidade entre cristãos e judeus (PORTO, 1971, p. 91).

Durante o papado de Pio XII pode-se dizer que houve uma atitude indiferente do Vaticano, “[...] houve pouco ou nenhum contato formal com crenças não-cristãs, nem mesmo com os judeus, mas o papa apoiou sinceramente o conceito de tolerância para com os outros” (MCBRIEN, 2000, p. 372). O que contrasta com os heroicos esforços de muitos padres anônimos que salvaram vidas de judeus, arriscando as suas próprias vidas. Muitos historiadores e teólogos concordam que a aproximação entre o judaísmo e o catolicismo foi iniciada pelo papa João XXIII, seu sucessor.

Com o falecimento do papa Pio XII em 9 de outubro de 1958, o conclave composto por 51 cardeais elegeu o cardeal Roncalli em 28 de outubro de 1958, sucedendo Pio XII, o cardeal Roncalli foi escolhido Papa e adota o nome de João XXIII. Prestes a completar 77 anos de idade, não se esperava muito desse homem tranquilo e bonachão, no entanto os cinco anos em que esteve no trono de Pedro foram profundamente marcantes e renovadores. “Coube ao papa João XXIII enfrentar decisivamente a questão do relacionamento com o judaísmo, movido por especial interesse, fruto de sua inquebrantável convicção pessoal” (PORTO, 1971, p. 110). No ano seguinte, em 25 de janeiro de 1959 em reunião com os cardeais o Papa anuncia a convocação do Concílio Vaticano II.

Alguém perguntou ao Papa João XXIII, após o anúncio oficial no dia 25 de janeiro de 1959, de que haveria um Concílio Ecumênico: ‘por que convocar tão grande evento? Qual a finalidade de tanto trabalho que isto exigirá? O que se poderá reformar, mudar, melhorarem poucos meses?’ Em seu gabinete o papa havia ouvido sorridente esses comentários. Após alguns minutos levantou-se, calmamente se dirigiu à janela e, abrindo-a, disse: ‘eis aqui: é por isto!’ (ALMEIDA, et al, 2013, 562).

Abrir as janelas é deixar a luz e o ar entrar, luz e ar que arejam o mundo e a Igreja. O Concílio foi um marco na história, uma tentativa da Igreja em dialogar com o mundo contemporâneo. Nos anos em que se preparava a abertura do concílio o papa João XXIII, dá um salto para a reaproximação e abertura ao diálogo com o povo de Israel.

O Concílio Vaticano II e o nascimento da Declaração *Nostra Aetate*.

O Concílio Vaticano II iniciado por João XXIII no dia 11 de outubro de 1962, continuado e finalizado papa Paulo VI em 7 de dezembro de 1965, foi uma marco na história da Igreja e na relação entre cristãos e judeus, ele foi determinante por apontar caminhos promissores para o futuro da Igreja, pois sem ele “[...] *as vozes do mundo teriam silenciado de vez a da Igreja*” (ALMEIDA, et al, 2013, p. 562).

O Concílio Vaticano II foi um marco para a abertura da Igreja Católica às outras religiões e uma expressão de nova sensibilidade dialogal. Registra-se, em particular, em certos documentos do Concílio, uma mudança na forma de tratamento das outras tradições religiosas, como é o caso da Declaração Conciliar *Nostra Aetate*, que aborda as relações da Igreja Católica com as demais religiões não cristãs e até mesmo uma abertura para as religiões cristãs florescem a cada dia de diferentes formas e maneiras [...] (HEISING, 2004, p. 153).

O texto é o mais breve documento produzido pelo Concílio, contém apenas cinco parágrafos, cerca de mil e duzentas palavras. Traz consigo as intenções da Igreja, fruto do trabalho árduo de homens e mulheres que lutaram para que a Igreja se abrisse ao diálogo e se aproximasse das religiões buscando uma mútua colaboração. Um texto que sem dúvida pode ser chamado de revolucionário.

É com a Declaração *Nostra Aetate* que a Igreja se reaproxima do povo judeu, sobretudo no capítulo quatro, que se encontra o coração de toda a Declaração, sua origem e também sua intenção em relação ao povo de Israel. Conduzir o cristianismo a uma atitude cristã de encontro, sem com isso perder ou enfraquecer a missão universal de Cristo e da Igreja, mas convidar a todos a comungarem em uma única prece, uma prece de esperança, de unidade e fraternidade.

A Igreja também reconhece com a *Nostra Aetate* que os cristãos estão em segundo lugar, pois reconhecem a Eleição do povo de Israel como premissas da salvação e salienta que os cristãos são justificados pelo fato de serem enxertados, pela obra da salvação de Cristo na oliveira da eleição divina. O direito de primogenitura pertence até os dias de hoje aos judeus. Foi a eles que Deus se manifestou primeiro, “[...] são os israelitas, aos quais pertencem a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto, as promessas, aos quais pertencem os patriarcas [...]” (Rm 9,4-5). A Igreja desse modo é a continuação de uma igreja de judeus e

pagãos e, é alimentada até hoje e caminha em direção ao futuro com a história da eleição que parte do Israel eleito por Deus e que está “misteriosamente prefigurada no êxodo do povo eleito da terra da escravidão” (NOSTRA AETATE, nº 4).

Não se trata de um assunto do passado, entretantes a Igreja é dependente de Israel em sua fé, “*sem Israel, sem sua eleição e sua fé, a fé cristã estaria sem um lugar e se moveria, em certo sentido, no espaço vazio*” (GRÜMMER, 2013, p. 39) e assim também nos afirma a Declaração:

Segundo o Apóstolo, os judeus continuam ainda, por causa de seus pais, porque Deus não se arrepende dos dons e da sua vocação. Juntamente com os profetas e os Apóstolos, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos a uma só voz aclamarão o Senhor e “se submeterão num mesmo espírito” (Sf 3,9). (NOSTRA AETATE, nº 4).

O texto menciona também que: “[...] os principais dos judeus, com seus seguidores, insistiram na morte de Cristo [...]” (NA nº 4); no entanto sua morte na cruz não poder ser imputada a todos os judeus, inclusive os judeus nos tempos de hoje. Aqui se percebe que é decisiva a ruptura com a infeliz tradição de preconceitos antissemitas. O Concílio diante da acentuação permanente da eleição divina de Israel rejeita inequivocamente uma teologia depreciativa. E ressalta que se deve haver cuidado para que: “[...] tanto na catequese como na pregação da Palavra de Deus, não se ensine algo que não se coadune com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo” (NA nº 4).

E a Igreja como: “o novo povo de Deus” (NOSTRA AETATE nº 4), diante da valorização da herança comum, exige também a valorização e o respeito mútuos como fruto dos estudos teológicos e bíblicos assim como: “o diálogo fraterno” (NOSTRA AETATE nº 4). Nenhuma outra religião está tão próxima do Cristianismo como o Judaísmo, o diálogo entre cristãos e judeus é um meio que favorece o conhecimento mútuo e aprofunda as riquezas da tradição; é um diálogo que exige respeito em relação à fé e as convicções religiosas de ambos os lados.

É incomensurável e inegável a importância da Declaração *Nostra Aetate* para a relação com o Judaísmo. Não somente pelo fato de que se tenha desautorizado oficialmente pela primeira vez na história da Igreja o antissemitismo e uma teologia da desvalorização do judaísmo; que trazia consigo diversos males aos judeus, já que até então ser judeu “[...] era

difícil de suportar, porque até então era qualificado como pecador contra Deus e o ser humano” (GRÜMME, 2013, p. 45-46).

[...] a Igreja que reprova toda perseguição contra qualquer homem, lembrada do comum patrimônio com os judeus, não por motivos políticos, mas impelida pelo santo Amor evangélico, lamenta os ódios, as perseguições, as manifestações antissemitas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa, dirigidos contra os judeus (NOSTRA AETATE nº 4).

No texto da *Nostra Aetate* realiza-se, o que Johannes Österreicher, disse sobre o Concílio, que era a: “*redescoberta do Judaísmo pela Igreja*” (ÖSTERREICHER, 1971, p. 3). A Igreja conscientiza-se de sua eleição comum com os judeus e cristãos no plano da salvação de Deus e também da sua herança judaica. Afinal, Jesus, os Apóstolos, Maria, eram judeus e isso não se pode negar. Como também não se pode negar que: “o Cristianismo tem uma relação bem diferente, mais profunda, íntima com o Judaísmo, como não tem com outra religião” (GRÜMME, 2013, p. 48).

Um novo olhar ao Povo de Israel.

O Concílio acolheu o ecumenismo entre as Igrejas cristãs e se abriu ao diálogo inter-religioso com as igrejas não cristãs. Na América latina o ecumenismo não visa tanto a convergência nas doutrinas, mas a convergência nas práticas, ou seja, todas as Igrejas juntas se empenham pela libertação dos oprimidos. É, portanto, um diálogo de missão. A Igreja dialoga com as religiões vendo nelas a presença do Espírito que chega antes do missionário e por isso elas devem ser respeitadas com seus valores e suas tradições. Certamente pode-se dizer que a América Latina foi o Continente onde mais se tomou a sério o Vaticano II e mais transformações trouxe, projetando a Igreja do diálogo como grande desafio para os cristãos.

O Vaticano II, sem dúvida, é a voz dos católicos; ele ecoou por todo o mundo cristão, e diante desse eco não se pode deixar de ressaltar a influência das exortações elaboradas pelos padres conciliares em todos os âmbitos, entre eles, o diálogo inter-religioso com a *Nostra Aetate*. Em 27 de fevereiro de 1981, dezesseis anos após o Concílio, foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma comissão nacional do diálogo religioso católico judaico (DCJ), que: “[...] tem como objetivo, o diálogo entre católicos e judeus no Brasil” (BIZON, 2005^a, p. 115).

A comissão é composta de pessoas pertencentes às comunidades católica e judaica, interligadas por objetivos a serem alcançados, em quatro níveis de diálogo: institucional, teológico, de ação conjunta e de Contato Pessoal. É sempre bom recordar que o diálogo supõe respeito à fé e às convicções religiosas de cada pessoa (BIZON, 2005_a, p. 115).

Em 26 de outubro de 1983, a Comissão elabora as Orientações para os católicos no relacionamento com os judeus e ressalta a importância da aproximação, do diálogo, e que ele seja inspirado por um sadio desejo de recíproco conhecimento e compreensão mútua. Para que o diálogo se estabeleça a condição indispensável é: “[...] da parte dos católicos, o reconhecimento da consciência que os judeus têm de ser um povo inconfundivelmente definido por elementos religiosos e étnicos” (BIZON, 2005_b, p. 327). O judaísmo deve ser visto não apenas como mais uma religião das diversas existentes, mas um elemento constitutivo do povo judeu e foi através desse povo que na história da humanidade que se implanta mais notoriamente o monoteísmo, a fé no Deus único, já que existem indícios da prática do monoteísmo no Egito antigo, após a reforma de Amenófis IV – 1397 a 1360 a.C.

Uma das orientações diz respeito ao antissemitismo, ele é duramente condenável e a Comissão salienta que: “[...] seja banido da linguagem cristã todo o adjetivo ou toda expressão depreciativa referente ao povo de Israel [...]” (BIZON, 2005_b, p. 328) e que não haja campanhas de violência, sejam elas físicas ou morais, contra o povo de Israel. Que não haja contraste entre judaísmo e cristianismo, ambos guardam a plenitude do Reino de Deus: “este para os cristãos, já começou com a vinda de Jesus Cristo, ao passo que os judeus ainda aguardam o Messias” (BIZON, 2005_b, p. 323).

Após o Concílio foram diversos os documentos elaborados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que tocam no ponto do diálogo inter-religioso entre cristãos e Judeus, esses documentos certamente são necessários para desenraizar o antissemitismo que foi incutido durante séculos, mesmo que no Brasil não tenha sido tão notória a perseguição contra os judeus, como já apresentado. Todavia, faz-se necessário sempre elucidar a visão da Igreja. Vale apresentar alguns dos pontos que tocam sobre esse tema, publicado nas diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja para o Brasil.

No documento de número 45 publicado em 28 de junho de 1991, para o período de 1991-1994, os bispos do Brasil, reconhecendo a pluralidade e secularização do mundo,

admoestam a importância de unir o diálogo inter-religioso e o diálogo ecumênico, dando maior importância ao diálogo com cristão-judaico, devido seu patrimônio espiritual.

No diálogo religioso (ou inter-religioso), distinto do diálogo ecumênico, exige-se reconhecer a peculiaridade da relação dos membros de cada uma das religiões com a Igreja de Cristo. Merece atenção especial o diálogo com os judeus que tem em comum com os cristãos “um tão grande patrimônio espiritual” (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1991, p.53).

Sempre fiel às grandes inspirações do Concílio Vaticano II, a Igreja do Brasil reconhecendo a importância do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e do diálogo com os não-crentes e dando uma resposta ao grande pluralismo religioso presente no Brasil, se propõe abrir-se aos demais credo. Reconhece que o diálogo não é um simples colóquio, mas: “[...] todo um conjunto de relacionamentos positivos e construtivos com quaisquer grupos e comunidades” (BIZON, 2005b, p. 307-308). Um diálogo que visa um conhecimento mútuo e ações comuns em prol da unidade de todo o ser humano.

No diálogo inter-religioso, por motivos históricos há predileção ao judaísmo, a Igreja abre-se ao diálogo por fidelidade ao homem, mas, sobretudo, por motivos de fé, ela reconhece o Deus Uno e Trino agindo nas outras religiões, vê nisso o único plano da salvação. Desse modo, o diálogo não é um estranho e nem contraditório a missão, mas é completamente integrado a ela.

O diálogo supõe maturidade na fé, pela qual, abrindo-se ao diferente da própria identidade, o fiel possa oferecer ao interlocutor o testemunho de uma vida coerente com o Evangelho. Neste contexto, diálogo e missão não se excluem. Antes, exigem-se mutuamente, de tal forma que o diálogo deve ser considerado como constitutivo da própria missão. De fato, o evangelizador se encontra com pessoas humanas, ricas de experiência cultural e religiosa. (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1995, p. 58).

É inegável os esforços da Igreja do Brasil por abrir-se ao diálogo cristão-judaico e, com as demais Igrejas não cristãs, após anos de silêncio, a Igreja como mãe e mestra reconhece seu erro, no entanto muito ainda precisa ser feito para se dar o verdadeiro valor à tradição judaica na Igreja. Ainda é grande a dificuldade para o diálogo, muitos padres, bispos e até

cardeais, ainda fecham os olhos e mantem-se fechados em não aceitar ainda uma postura de um espírito de abertura ao diálogo fraterno e recíproco.

Muito ainda precisa ser feito, as relações dos cristãos com os judeus não podem continuar somente com bases na religião. Para que essas relações sejam profundas, elas deve ser ampliada de forma a contemplar tudo aquilo que o judaísmo de fato significa, deve basear-se no comprometimento incondicional com a sobrevivência e permanência do estado judeu, Israel. O Estado de Israel é o símbolo concreto da liberdade e do direito de autodeterminação, não apenas dos judeus, mas de todos os povos. Tal comprometimento pressupõe reconhecer o direito dos povos de viverem livremente; livre da ideologia fundamentalista que fomenta o terror.

O empenho da Igreja Católica para estabelecer as boas relações com o judaísmo e entre as diferentes religiões responde a uma exigência do tempo em que vivemos. Esse empenho é fundamental para combater as causas dos preconceitos contra os povos e as religiões e também lembrar que a Declaração *Nostra Aetate*:

Lançou os fundamentos de uma nova compreensão das nossas relações com os judeus dizendo que 'segundo o apóstolo (Paulo), os judeus, pela graça dos Pais, permanecem ainda caríssimos a Deus, cujos dons e cujo chamado são sem arrependimento (Rm 11,29) (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2001, p. 239).

Este esforço de lembrança cabe a todos os católicos e não católicos, judeus e não judeus, pois assim teremos a certeza de que se deu a contribuição para dar ao mundo uma feição mais humana, permitindo que as futuras gerações sejam mais justas, que os erros fiquem no passado e não assombrem o futuro. Somente assim se concretar-se-á a profecia Jeremias: "*Dar-vos-ei um futuro e uma esperança*" (Jr 29, 11).

Referencias

ALMEIDA, João Carlos. **As janelas, do vaticano**. São Paulo: Editora Santuário, 2013.

BIZON, José. **Diálogo católico- judaico no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. **Diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulinas, 2005b.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Holocausto crime contra a humanidade**. São Paulo: Ática, 2002.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994**. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1995-1998*. São Paulo: Paulinas, 1995.

CYTRYNOWICZ, Roney. **A história dos judeus no Brasil**. 2002. Disponível em <<http://migre.me/qOZ4R>>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

FONSECA, Gisa. **Os doze pontos de Berlim, a história da transformação de um relacionamento**. São Leopoldo: Oikos. 2011.

GRINBERG, Keila. **Os judeus no Brasil: inquisição, migração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUNDRY, Robert H. **Panorama do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova. 1998.

HEISING, James W. **Diálogos a uma polegada acima da terra**. São Paulo: Loyola, 2004.

FAINGOLD, Reuven. **Judeus durante a Primeira Cruzada**. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/akstU>. Acesso em: 05 de nov. 2019.

JOSEFO, Flávio. **História dos hebreus**. De Abraão à queda de Jerusalém, obra completa. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

MIRANDA, Manoel. **As relações judeus-cristãs do primeiro século**. Curitiba: Editora Primas, 2015.

NOSTRA AETATE Nº 4 **Sobre as relações da Igreja com a religião judaica**, Vaticano II, 28 de outubro 1965, 25ª edição, Petrópolis: Vozes, 1996, p. 742.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **O povo judeu e as suas sagradas escrituras na Bíblia Cristã**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PORTO, Humberto. **A fraternidade cristã-judaica**. São Paulo: Empresa gráfica da revista dos tribunais S.A, 1971.

_____. **Os protocolos do Concílio Vaticano II**. Sobre os judeus da Declaração *Nostra Aetate*. São Paulo: Editora Germape Ltda, 2005.

WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1966.